

206  
*[Handwritten signature]*

## Ata Número Dez

-----  
Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e vinte cinco minutos, reuniu ordinariamente na Ex-Escola Primária das Levegadas, freguesia de Lousã e Vilarinho, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----  
-----

**1** - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;-----

**2** - Apreciação e votação a Autorizar o Município da Lousã para geminação com o Município de Espírito Santo do Pinhal do Estado de São Paulo - Brasil, sob proposta do Executivo;-----

**3** - Apreciação e votação da ratificação da geminação de Município da Lousã com o Município de Santos do Estado de São Paulo - Brasil, sob proposta do Executivo;-----

**4** - Autorizar a participação do Município da Lousã na Associação ITECONS - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Ambiente e Sustentabilidade", sob proposta do Executivo;-----

**5** - Apreciação e votação relativa a Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 71/2019 - Fornecimento de eletricidade, pelo período de 12 meses, sob proposta do Executivo;-----

**6** - Apreciação e votação relativa a Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 78/2019 - Contratação de serviço para o fornecimento diário de refeições a escolas do 1º ciclo (Sta. Rita e Casal de Sto. António) e jardins-de-infância (Lousã, Sta. Rita, Serpins, Freixo e Fontainhas), durante o ano letivo 2019/2020, sob proposta do Executivo;-----

**7** - Apreciação e votação relativa a Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos seguintes projetos: Requalificação do Cineteatro da Lousã; Requalificação da Av. S. Silvestre e Rua Prof. António Batista de Almeida; Requalificação da Rua do Comércio, Rua General Humberto Delgado/Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça/ Rua dos Combatentes da Grande Guerra e Requalificação da Praça Cândido dos Reis, sob proposta do Executivo;-----

**8** - Apreciação e votação de um contrato de comodato a celebrar com a Emequatro, Educação e Serviços, Lda., relativo à cedência da antiga Escola do Mercado, sob proposta do Executivo;-----

**9** - Apreciação e votação da proposta de acordo de aceitação da transferência das competências para a Entidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nomeadamente, na área da saúde a participação na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal, na área da educação, o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível

supramunicipal e no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo; -----

**10** - Apreciação e votação da proposta de Intenção de não-aceitação no ano 2019 das transferências em matéria de educação, previstas no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo; -----

**11** - Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo; -----

-----  
**O Senhor Presidente da Mesa** saudou a todos os presentes, dando particular ênfase à presença do público.-----

-----  
Feita a chamada, verificou-se a ausência de Luís Martins, Raquel Lopes, António Rodrigues e Dilene Gonçalves do PS que justificaram a falta tendo sido legal e respetivamente substituídos por Marco Sequeira, Marco Antunes que justificou a falta e foi legalmente substituído por Pedro Dias que justificou a falta e foi legalmente substituído por Filipa Marques, Ana Araújo e Paulo Simões. Nuno Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rosário Agostinho que justificou a falta e foi legalmente substituída por Joana Santos que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Mariana de Carvalho que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Carvalho do PSD. Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura do BE. Maria da Conceição Loureiro da CDU que justificou a falta, não tendo sido substituída e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho que justificou a falta e foi legalmente substituído pela Secretária da Junta, Helena Correia. -----

-----  
**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

**Inscrições:** Manuel dos Santos Amaral e Francisco de Jesus Coelho. -----

-----  
**Manuel Santos Amaral**, residente no lugar dos Pegos, acompanhado por mais quatro residentes, solicitou a reparação de algumas obras no lugar dos Pegos cujo pedido é do conhecimento dos Senhores Presidente e Vice-presidente da Câmara Municipal em reuniões realizadas no passado mês de dezembro e que tem a ver com o alargamento da ponte, o alcatroamento de duas paragens de autocarro, o desaterro de um terreno para um largo de estacionamento com cerca de cinquenta metros quadrados e colocação de um contentor de lixo junto ao fontenário. Concluiu a sua intervenção questionando a razão pela qual estas "pequenas obras" ainda não começaram, uma vez que são do conhecimento da Câmara Municipal desde o ano passado. -----

**Francisco de Jesus Coelho**, residente no lugar de Cova do Lobo começou por dizer que tem feito algumas críticas, através das redes sociais, pela forma

como a Câmara Municipal tem esquecido a população daquela zona, a partir do Arinto até ao Marco de Espinho. Disse que quando o alerta é feito através das redes sociais, os trabalhos são imediatamente reparados, por isso, no seu entendimento, é sinal que, efetivamente, tanto a Câmara Municipal, como a Junta de Freguesia ouvem e estão atentas aos comentários publicados. Referiu-se ao escoamento de águas que vêm do pedregal para baixo, e à existência de uma sarjeta entupida há vários meses, próxima à sua casa. Por esse motivo pediu a colocação de uma grade a atravessar a estrada, impedindo dessa forma que quando os carros passam não mandem água suja e com mau odor para dentro do seu portão. Por outro lado, afirmou que o exercício do Executivo tem tido um bom desempenho ao longo do seu mandato e que é importante que sejam feitas críticas e dados os louvores merecidos.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** cumprimentou a todos e felicitou o público presente dizendo que uma das razões das reuniões serem descentralizadas é permitir a participação de todos. Respondendo aos munícipes, confirmou que os moradores do lugar dos Pegos entregaram documentação em reunião realizada no passado mês de dezembro, onde algumas questões foram respondidas e outras ainda não estão resolvidas. Disse que, ainda recentemente, foi dada informação em relação ao alargamento junto ao pontão. Comprometeu-se a solicitar aos serviços para realizarem as intervenções expostas, umas de mais fácil resolução que outras, como sejam o desentupimento da sarjeta e a colocação de grelha. Referiu que é normal e legítimo que cada um lute e reivindique por melhores condições na zona onde mora ou na sua zona envolvente, mas é impossível chegar a todo o lado no tempo que todos gostariam. Disse não concordar com a afirmação que aquela zona tem estado ao abandono porque foram realizados alguns investimentos há pouco tempo, nomeadamente, entre Vale Maceira e Cova do Lobo e Marco do Espinho com infraestruturação e reposição do pavimento, assim como o saneamento na estrada para Vale Nogueira. -----

Seguidamente, **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a ata número nove, referente à sessão ordinária realizada no dia vinte e três de abril do ano de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada por maioria nos termos do número três, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo – CPA, com 15 (quinze) votos a favor do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 21 (vinte e um) elementos.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** apresentou ao plenário, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, uma Proposta do Executivo com carácter excecional, pontual e urgente, com base no nº 3, do artigo 35º da Lei nº 75/2013, que a Assembleia Municipal possa deliberar a título extraordinário e tendo em consideração as circunstâncias excecionais previstas no nº 2, do artigo 50º da Lei nº 75/2013, a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos e

que delibere sobre a intenção de não-aceitação no ano de dois mil e dezanove das transferências no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores. Questionou, ainda, se alguém pretendia algum esclarecimento adicional sobre este assunto por parte do Executivo e, não sendo o caso, colocou à votação a inclusão desta proposta extraordinária e excepcional, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes com 21 (vinte e um) votos a favor do PS, PSD e BE.-----

Assim sendo, **o Senhor Presidente da Mesa**, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, propôs adicionar à Ordem de Trabalhos a proposta apresentada como **ponto nº 12** – (número doze): Apreciação e votação da intenção de não-aceitação no ano de dois mil e dezanove das transferências no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo.-----

A proposta de inclusão do ponto número doze da Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade dos presentes com 21 (vinte e um votos) a favor do PS, PSD e BE. -----

Desta forma, a **ORDEM DE TRABALHOS**, depois de merecer aprovação por unanimidade, passou a ter a seguinte redação:-----

**1** - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----

**2** - Apreciação e votação a Autorizar o Município da Lousã para geminação com o Município de Espírito Santo do Pinhal do Estado de São Paulo - Brasil, sob proposta do Executivo;-----

**3** - Apreciação e votação da ratificação da geminação de Município da Lousã com o Município de Santos do Estado de São Paulo - Brasil, sob proposta do Executivo; -----

**4** - Autorizar a participação do Município da Lousã na Associação ITECONS - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Ambiente e Sustentabilidade", sob proposta do Executivo; -----

**5** - Apreciação e votação relativa a Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 71/2019 - Fornecimento de eletricidade, pelo período de 12 meses, sob proposta do Executivo;-----

**6** - Apreciação e votação relativa a Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 78/2019 - Contratação de serviço para o fornecimento diário de refeições a escolas do 1º ciclo (Sta. Rita e Casal de Sto. António) e jardins-de-infância (Lousã, Sta. Rita, Serpins, Freixo e Fontainhas), durante o ano letivo 2019/2020, sob proposta do Executivo;-----

**7** - Apreciação e votação relativa à Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos seguintes projetos: Requalificação do Cineteatro

da Lousã; Requalificação da Av. S. Silvestre e Rua Prof. António Batista de Almeida; Requalificação da Rua do Comércio, Rua General Humberto Delgado/Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça/ Rua dos Combatentes da Grande Guerra e Requalificação da Praça Cândido dos Reis, sob proposta do Executivo; -----

**8** - Apreciação e votação de um contrato de comodato a celebrar com a Emequatro, Educação e Serviços, Lda., relativo à cedência da antiga Escola do Mercado, sob proposta do Executivo;-----

**9** - Apreciação e votação da proposta de acordo de aceitação da transferência das competências para a Entidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nomeadamente, na área da saúde a participação na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal, na área da educação, o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal e no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo; -----

**10** - Apreciação e votação da proposta de Intenção de não-aceitação no ano 2019 das transferências em matéria de educação, previstas no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo; -----

**11** - Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo;-----

**12** - Apreciação e votação da intenção de não-aceitação no ano de dois mil e dezanove das transferências no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo;-----

-----  
**O Senhor Presidente da Mesa**, no âmbito das sessões descentralizadas da Assembleia Municipal em várias freguesias e locais do concelho, convidou a **Senhora Secretária do Executivo da Junta, Helena Correia**, em representação do **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho** a usar da palavra, agradecendo desde logo o acolhimento e entendimento pela forma como os trabalhos foram conduzidos.-----

-----  
**Helena Correia** tomando a palavra, cumprimentou a todos os presentes e deu nota que o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho** por razões de ordem familiar não pode estar presente nesta sessão, fazendo-se representar. Deu as boas-vindas a todos e louvou a iniciativa de descentralização por parte do Executivo e Assembleia Municipal. Disse que a prova do sucesso destas iniciativas é a presença da população que se encontra na sala. Em nome do Executivo da Junta de Freguesia felicitou a presença dos populares incentivando-os a exporem as suas necessidades e preocupações. Em seguida endereçou alguns "recados" ao **Senhor Presidente da Câmara**, nomeadamente: infraestruturas e pavimentação das estradas da parte alta da freguesia, Eira de Calva e Cova do Lobo. Alertou que é uma zona com muitos residentes e por esse motivo, importa cada vez mais dar

condições às pessoas para continuarem a residir nas suas habitações e nestas aldeias. Pediu um olhar atento para a renovação do trânsito da Rua Principal com o reforço da sinalização e, sobretudo, nos atravessamentos e algum controlo de velocidade, porque é uma via onde em alguns sítios "é muito fácil acelerar" e há muitas pessoas, algumas delas idosas, a circular a pé. A título informativo, deu nota que a Junta de Freguesia tem um protocolo com a associação ACTIVAR para desenvolvimento de um campo de trabalho internacional com jovens estrangeiros e como tal, a partir do mês de julho a população desta zona vai ver muito mais movimento por aqui, porque são dezassete jovens voluntários acompanhados de quatro monitores responsáveis que vão efetuar algum tipo de trabalho de manutenção nos tanques de rega, lavadouros e nas fontes. A Junta de Freguesia também vai prestar algum apoio logístico e com material, bem como a Câmara Municipal que prestará acompanhamento ao projeto. Aproveitou o momento para renovar o pedido de cedência da Escola Primária onde se encontram à Câmara Municipal para a Junta de Freguesia poder utilizar com alguns serviços de proximidade à população.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**Inscrições:** Aires Ventura, Marco Sequeira, António José Gonçalves, Joaquim Seco, Maria Carolina Henriques, Henrique Lourenço, João Duarte, João Pereira, Isabel Seco, Ana Paula Sançana e Joel Fernandes.-----

**Aires Ventura** interveio, depois de cumprimentar a todos os presentes, para questionar o Executivo sobre o estado lastimoso em que se encontra a estrada de acesso ao Trevim e para saber qual a razão pela qual não é reparada, impedindo que as pessoas se desloquem nas suas viaturas para visitarem o ponto mais alto da Serra da Lousã e o Stº António da Neve e até condicionando o acesso de carros de bombeiros e ambulâncias até àquele local. Adiantou ainda que a Câmara Municipal foi "solícita" para criar condições à passagem do Rally e não demonstra o mesmo entusiasmo para oferecer melhores acessibilidades para quem pretende visitar aqueles locais de excelência paisagística. Mencionou, também, ainda a estrada no sentido Ceira dos Vales – Freixo, dizendo que há uma zona em frente à paragem de autocarro em que a faixa de rodagem acaba abruptamente em cerca de dois metros e quando há cruzamento de viaturas naquele local, particularmente à noite, existe risco de colisão grave, acrescendo o facto de não ter muita iluminação. Apelou que fosse efetuada alguma correção a esta situação antes que se tenha que lamentar algum acidente grave naquele local. Fez uma referência à falta de separação seletiva de resíduos, questionando se a Câmara Municipal tem por hábito sensibilizar as empresas e trabalhadores das cantinas escolares para este assunto porque, na cantina da Escola de Stº Rita não é feita. Existe um contentor de lixo doméstico em frente à cantina e aí é colocado todo o tipo de lixo, desde cartão a outros, pese

embora exista um contentor específico para aquele tipo de lixo. Deu nota que ainda na mesma escola, encontra-se uma lâmpada fluorescente, no exterior virada para o lado das habitações, vinte e quatro horas ligada, alertando para este desperdício de energia elétrica. Referindo-se ao OP – Orçamento Participativo, disse que no entendimento do BE, há algumas propostas em votação que não têm muita lógica estarem englobadas no espírito do OP. O conteúdo de algumas das propostas apresentadas e já em votação, deveriam fazer parte do Orçamento do Executivo Municipal, pois são obras que deveriam fazer parte da estratégia do município para desenvolvimento do concelho, nomeadamente: "criação de um percurso ribeirinho entre Foz de Arouce e Serpins"; Disse que sendo um projeto de recuperação do Rio Ceira, deveria fazer parte do Orçamento Municipal. "Administração do Complexo Turístico das Ermidas da Sr.ª da Piedade" que segundo a informação escrita do **Senhor Presidente da Câmara** está inscrita como execução a elaboração da recuperação e acessibilidade da Piscina da Srª da Piedade, assim sendo, o sentido desta proposta deveria fazer parte, igualmente, do Orçamento Municipal. "Modernização do espaço infantojuvenil da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro"; No entendimento do BE *"não faz sentido que num espaço sob tutela da Câmara Municipal seja preciso vir um Orçamento Participativo para propor obras de modernização, num espaço que deveria estar na preocupação do Executivo."* A concluir a sua intervenção deu nota que tem havido queixas por parte de condutores, inclusivamente de condutores de ambulâncias que utilizam a EN 17, junto à povoação de Covelos, porque existe uma deficiência no piso da estrada que provoca desconforto físico, solicitando ao **Senhor Presidente da Câmara** se tem conhecimento e quais os esclarecimentos que pode prestar sobre este assunto. -----

**Marco Aurélio Sequeira**, depois de cumprimentar a todos os presentes, destacou a realização dos Estágios de Verão remunerados que estão a ser dinamizados pela Câmara Municipal e Associação Activar e que se destinam a jovens dos catorze aos dezoito anos. Informou ainda que de todos os inscritos, foram admitidos cinquenta jovens, entendendo ser para estes uma mais-valia, pois poderão adquirir um conjunto de competências sociais, pessoais e profissionais que enriquecerão o mercado de trabalho na sua vida futura. Destacou ainda na área da juventude, o Projeto da Floresta Segura que para além da vigilância fixa na floresta, implica ações de sensibilização junto da população e competências adquiridas à semelhança dos Estágios de Verão. Estes voluntários ainda têm um papel reforçado porque estão a cuidar de algo que é muito importante, a saber – a Floresta. Enalteceu a importância da Assembleia Municipal Jovem, espaço onde os jovens do Ensino Secundário da Lousã podem expor as suas ideias dentro de uma área temática. Disse que este ano os jovens tiveram oportunidade de apresentar propostas até ao valor de cinco mil euros em torno do tema "ambiente e sustentabilidade" e que este órgão é excelente para motivar a participação cívica, bem como,

incentivar e alertar para os problemas da atualidade. Felicitou a Câmara Municipal pela criação deste órgão, bem como a todos os jovens envolvidos. A concluir, fez ainda uma referência à realização da Feira Anual de S. João na Lousã, dizendo que contou com elevada participação em todos os momentos, quer em concertos, marchas e arraiais e para além disto, teve a componente da mostra comercial e industrial de relevo. Destacou com especial relevância a realização da "Gala Lausus", que foi dignificadora da memória presente do concelho e por isso afirmou que é um evento promotor do território no qual houve uma excelente afluência, dinamização e reconhecimento. -----

**António José Gonçalves**, depois de cumprimentar a todos, iniciou a sua intervenção apresentando o seu pesar pelo falecimento do Dr. António Jorge Padilha Simões Lopes e fazendo algumas referências ao seu percurso enquanto cidadão Lousanense com grande atividade e influência no concelho. Em seguida, sugeriu a colocação de semáforos na Av. Dr. José Maria Cardoso, junto ao Quartel dos Bombeiros Municipais, dado o volume de tráfego daquela artéria e os momentos de tensão que se vivem quando toca a sirene. Concluiu interrogando o **Senhor Presidente da Câmara** sobre as empresas que se instalaram ou estão em vias de o fazer na Lousã, para além das já conhecidas, Autogarsilva e Mirandis.-----

**Joaquim Seco**, usou da palavra começando por cumprimentar a todos e seguidamente disse que em conversa tida com moradores da zona, tomou conhecimento de dois assuntos que, embora sinalizados, deixava a nota para registo, que é a existência de um buraco na estrada de acesso a Cova do Lobo que está a originar graves problemas na circulação e deu nota que na Estrada da Serra, existem uns candeeiros que foram trocados, contudo, o posicionamento do último está mais virado para o mato do que para a estrada, solicitando a necessária correção. Fez um cumprimento personalizado à **Senhora Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho**, formulando votos do maior sucesso na gestão autárquica. Em seguida questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o ponto de situação do assunto, face à proposta remetida pelo Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais para parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP e da Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE que aponta a restituição de freguesias e disse que acredita e tem esperança renovada que o processo da restituição do estatuto da freguesia de Vilarinho poderá ter uma luz ao fundo do túnel e que conta com o empenhamento do Executivo Municipal na pessoa do seu Presidente. -----

**Maria Carolina Henriques** usou da palavra cumprimentando todos os presentes. Deu as boas-vindas ao público presente dizendo que é assim que se realiza a democracia e é importante que as populações participem nos órgãos que elegeram. Seguidamente, fez uma abordagem sobre a falta de cuidados médicos continuados para os mais idosos "num concelho onde a autarquia que se diz familiarmente responsável mas que agora, olvida e

*negligencia as necessidades e os empurra para o isolamento total".* Questionou o motivo pelo qual há décadas onde o Executivo se declara defensor de políticas sociais e de boas práticas sociais, ainda se esteja num vazio assustador comparativamente a concelhos limítrofes com respostas responsáveis e que de forma solidária absorvem os nossos idosos e doentes. Criticou o facto de não ter sido feita uma política de pressão e influência junto do Ministério da Saúde e Segurança Social e, também, abandonar as instalações do antigo Centro de Saúde, no centro da Lousã que poderia ser passível de receber esta valência de cuidados continuados. Concluiu a sua intervenção perguntando ao **Senhor Presidente da Câmara** "quando é que a Lousã deixará de ser deficitária e incapaz de cuidar daqueles que lhe deram o seu passado e agora o seu presente." -----

**Henrique Lourenço** depois de cumprimentar a todos perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** sobre um assunto sobejamente conhecido de todos, em virtude de se arrastar já há alguns anos e que tem a ver com o antigo troço da EN 17 à Ponte Velha. Disse que está constantemente a ser questionado pelos residentes que, inclusivamente, já formaram um "grupo de indignados" porque, cada dia que passa, o piso do pavimento degrada-se cada vez mais. Afirmou que a Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio faz o que pode, tapando alguns buracos com massa betuminosa e mantendo as bermas limpas. Manifestou publicamente em nome da população a justa indignação, porque crescendo a isto, o trânsito passa a alta velocidade, e disto também já lhe têm chegado algumas queixas, pelo que solicitava para o local a colocação de uma lombada para evitar os excessos de velocidade dos condutores. Sabe que não é da jurisdição da Câmara Municipal e por esse motivo não poderá intervir, mas sublinhou que ainda assim, a Junta de Freguesia vem fazendo o que pode para diminuir os impactos negativos e manter aquele troço. Terminou perguntando o ponto de situação entre a Câmara Municipal e as Infraestruturas de Portugal – IP, sobre este processo, a fim de poder passar esta informação à população.-----

**João Duarte** saudou todos os presentes e dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que já foi executado algum trabalho visível naqueles lugares mas, disse que importa referir que as pessoas que se deslocaram à reunião foi para falar daquilo que não foi feito. Destacou Cova do Lobo em virtude de não ser dinamizada por um trabalho de equipa, porque não existe comunicação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Realçou que o que pretendem naquela localidade é: manutenção, cuidado e zelo, não são grandes infraestruturas. Recordou que a localidade está a quatro quilómetros e meio da Vila da Lousã, tem uma ligação rodoviária que une os dois municípios e onde há mais residentes que outras na Lousã que se encontram, talvez, em melhores condições. Apelou conjuntamente aos Órgãos Executivo Municipal e Junta de Freguesia, para a realização de um trabalho de equipa reunindo esforços para a manutenção, zelo e cuidado. Seguidamente, pediu esclarecimentos ao **Senhor Presidente da Câmara** sobre

vários assuntos, nomeadamente: se tomou algumas diligências no acesso à EN 342, nos Pegos, sentido Lousã – Miranda do Corvo, dado que é do conhecimento geral que aquele troço carece de uma acessibilidade da zona dos Pegos para Miranda do Corvo; se vai haver algum reforço da proteção e da vigilância ou se vão ser mantidos os mesmos elementos e estratégia dos anos anteriores, uma vez que estando tão próximos da floresta têm preocupação sobre este assunto. Pediu esclarecimentos sobre as declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, uma vez que toca a todos os municípios envolvidos, onde referiu publicamente que o Metro Mondego era um projeto que está “enguiçado”.---

**João Pereira** cumprimentou a todos e seguidamente recordou o eco que os meios de comunicação social fizeram no passado dia dezassete de junho, sobre a visita do Senhor Primeiro Ministro e do Senhor Presidente da República aos Concelhos de Castanheira de Pera e Pedrogão Grande para lembrar os mortos e as desgraças que aconteceram naquela zona há um ano atrás. Afirmou que a freguesia de Serpins, afetada no mesmo ano em quinze de outubro, também foi devorada pelo fogo em cerca de 95% da sua área com perda de bens materiais, felizmente sem vítimas a registar. Esta introdução foi para se referir a uma zona da rotunda do cemitério e o serro da Candosa onde está um perigo eminente em termos das árvores que estão tendencialmente e a curto prazo a cair para a estrada. Disse entender a dificuldade que existe em resolver estes problemas mas, no seu entendimento, aquela situação deve merecer um cuidado mais incisivo, por isso apelou à Câmara Municipal em conjunto com a Junta de Freguesia a intervir em tempo. -----

**Isabel Seco** interveio cumprimentando a todos e realçou uma medida que veio beneficiar a todos os utentes frequentes dos transportes alternativos do Ramal da Lousã, pelo facto dos passes terem sofrido uma diminuição de preço mensal em 30%. Alertou ainda para o facto dos utentes que adquiriram o passe para o mês de junho, ainda no mês de maio, poderem usufruir do respetivo reembolso do que pagaram a mais. O Grupo Municipal do PS congratulou-se pelos esforços que foram feitos pelas entidades envolvidas neste processo que culminou na diminuição significativa do preço das assinaturas mensais dos transportes alternativos do Ramal da Lousã, destacando a atuação positiva da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - CIM-RC e da Câmara Municipal da Lousã, na implementação desta medida. -----

**Ana Paula Sançana** apresentou cumprimentos e disse que a abordagem que iria fazer deveria preocupar a todos, porque diz respeito ao desperdício da água. Deu nota que esta semana veio a público uma notícia publicada pela DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, tendo por base a análise de dados da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, denunciando que as perdas de água em Portugal rondam os cento e oitenta milhões de metros cúbicos por ano e correspondem a um



desperdício na ordem dos noventa milhões de euros. Adiantou ainda que, de entre os quinze municípios com maiores perdas se inclui a Lousã. Entende ser complicada a resolução deste assunto, mas esta é uma questão fundamental porque se reflete nas faturas e tarifas de água, por outro lado, não se pode solicitar ao município uma política de poupança de água, quando nas entidades públicas existe este problema. Face à situação exposta, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se existe algum plano que preveja a manutenção e que este problema diminua uma vez que a Lousã integra, neste momento, uma comunidade intermunicipal. -----

**Joel Fernandes** cumprimentou a todos e começou por lamentar, igualmente, o falecimento do Dr. António Jorge Padilha Simões Lopes que foi um Lousanense quer cultural, quer civicamente relevante no Concelho da Lousã e que perdurará na memória de todos. Em relação às notícias que vieram a público sobre o desperdício de água, afirmou que desta forma se justifica a necessidade da Câmara Municipal integrar esta Comunidade Intermunicipal que já apresentou planos de investimento, na sessão que decorreu em Vila Nova de Poiares. Disse ser uma necessidade identificada e que o Grupo Municipal do PS espera que esta entidade possa contribuir para combater estas perdas. Deu ainda nota de algumas atividades que têm decorrido, nomeadamente: Plano de Sucesso Escolar, Oficina de Segurança e entrega por parte do Município de trezentos e vinte e um Ecopontos a alunos do 1.º Ciclo do Concelho. Destacou positivamente e por último, o evento: Encontro de malabarismo organizado pela Companhia de Marimbondo com cerca de oitenta participantes diretos e que teve lugar nas freguesias de Serpins e Lousã e Vilarinho com bastante afluência de pessoas. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** em resposta às intervenções disse: relativamente aos "recados" da Senhora Secretária Executiva da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, informou que as estradas de Eira de Calva e Cova do Lobo estão perfeitamente identificadas e são também preocupações da autarquia, estando um dos troços já inserido numa candidatura da Câmara Municipal apresentada à Empresa Intermunicipal de Ambiente que está a ser constituída e, pese embora não tenha constituição formal, já apresentou candidaturas no âmbito do POSEUR, nas quais, a Câmara Municipal da Lousã está englobada, a fim de responder às necessidades infraestruturais, em termos de rede de água e, posteriormente, à reparação do pavimento. Sobre a regulação do trânsito, e controlo de velocidade, informou que é uma situação que a Câmara Municipal pretende acompanhar. Sobre o Campo de Trabalho Internacional deu nota que a Câmara Municipal é o parceiro principal da Activar já há alguns anos e com resultados positivos, em benefício das comunidades. Disse estar certo de que os jovens irão desenvolver um bom trabalho de limpeza de tanques de rega e lavadouros na zona alta e oeste da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho. Em resposta ao pedido de utilização do espaço da Escola Primária/Jardim-de-Infância das Levedas informou que o pedido deve ser analisado



conjuntamente a fim de ser avaliada essa possibilidade. Confirmou que a estrada de acesso ao Trevim está num estado de conservação bastante débil, mas, como é do conhecimento geral, aquela estrada também pertence ao município da Castanheira de Pera. Informou a assembleia que depois de várias diligências efetuadas, o valor mais baixo para executar a obra ronda os duzentos e trinta mil euros e existem outras necessidades em outros lugares, eventualmente, até com mais procura e tráfego que aquela via, não querendo com isto retirar valor à necessidade de intervenção uma vez que lhe reconhece importância. Entretanto, informou ainda que na próxima reunião do Executivo a ter lugar no dia um de julho será submetido a aprovação um protocolo de colaboração a estabelecer com as empresas detentoras de Parques Eólicos servidos pelo troço que liga a EN 236 ao Alto do Trevim, tendo em vista a criação das condições financeiras para que, brevemente, possa ser lançado o procedimento de contratação pública para a concretização da beneficiação da referida via. Serão agora iniciados todos os procedimentos legais, procurando que a intervenção decorra no menor espaço temporal possível. Afirmou que a Câmara Municipal não está distraída, mas trabalha de acordo com os objetivos, prioridades e possibilidades financeiras, nomeadamente, através de fundos comunitários. Sublinhou que o investimento é significativamente superior àquele que o Município fez para o regresso do Rally de Portugal ao Concelho da Lousã. Sobre o desnível acentuado em Ceira dos Vales, disse ser uma situação a verificar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, em relação aos outros assuntos, disse que em alguns pontos já foram executadas algumas beneficiações para melhoria da circulação pedonal. Quanto à separação de resíduos, informou que é feita formação quer aos trabalhadores da Câmara Municipal, quer através dos requisitos que são pedidos à empresa que fornece as refeições no refeitório da Escola de Stª Rita e em outros estabelecimentos de ensino do concelho. Contudo, não pode garantir que os procedimentos são cumpridos em todos os momentos. Deu nota que irá alertar junto da empresa que tem a responsabilidade e tutela dos funcionários que ali prestam serviço para que esses procedimentos sejam cumpridos. Registou o alerta da iluminação e disse que a Câmara Municipal irá tentar resolver, até porque é um consumo desnecessário. Em relação ao OP – Orçamento Participativo, disse tratar-se da opinião do BE, até porque este orçamento depende do Orçamento da Câmara Municipal e nenhum membro do Executivo fez a avaliação destes projetos, porque existe uma equipa técnica para o efeito. Referindo-se a Covelos, confirmou a necessidade de operação na via e informou que a Câmara Municipal já reportou mais do que uma vez a situação, às Infraestruturas de Portugal, aguardando que a todo o momento esta intervenha. Mencionou os estágios de verão como sendo um projeto muito pertinente, como a vigilância da floresta, entre outros, e tem como objetivo promover a participação dos jovens prestando-lhes formação e ocupação de tempos livres, e tem sido bastante procurado pelos jovens do concelho, motivo

pele qual a Câmara Municipal pretende, no futuro, aumentar a possibilidade de capacidade de resposta e integrar mais jovens. Também entende a Assembleia Municipal Jovem como um projeto muito interessante para promover a democracia participativa, funcionamento dos órgãos municipais e criar o gosto pela atividade cívica. Ainda não foi encerrada a avaliação da Feira Anual de S. João, mas do que já foi avaliado, disse ter sido um evento que cumpriu os objetivos. Subscreveu as palavras de **António José Gonçalves** e **Joel Fernandes**, reiterando o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Jorge Padilha Simões Lopes e dando nota que o Executivo Municipal aprovou por unanimidade uma proposta nesse sentido. A questão de colocação de semáforos junto ao Quartel dos Bombeiros Municipais, na Avenida Dr. José Maria Cardoso será devidamente analisada pelo Executivo Municipal. As empresas sediadas no concelho, para além das referidas, estão a ser desenvolvidos processos de mais quatro empresas e ampliação do Grupo Socigene - Produtos de Higiene Lda e da Trevipack Lda, com aumento de número de postos de trabalho e qualidade das suas instalações. As questões levantadas e referentes às zonas envolventes aos locais onde se encontram estão identificadas e registadas, a fim de os serviços prestarem o tratamento adequado. Em relação à proposta do novo regime jurídico para a criação de freguesias, reiterou em nome do Executivo Municipal e da Junta de Freguesia, uma vez que esta já o afirmou publicamente várias vezes, que logo após a aprovação deste diploma, o Município e Junta de Freguesia criarão as condições para que o objetivo da reposição da Freguesia de Vilarinho possa ser consumado. Adiantou que neste momento o diploma encontra-se a ser negociado com a ANMP e ANAFRE e não há garantia recente que seja levado a votação até ao fim desta legislatura.-----

Por princípio, afirmou que, certamente, todos estarão de acordo em relação à questão dos serviços de apoio aos idosos desejando que sejam os melhores possíveis, no entanto, não faz parte da atribuição e competências dos municípios a responsabilidade de criar estes serviços de apoio, vulgarmente conhecidos como lares de idosos. Estes são criados pela Rede Social, pelas Misericórdias, Associações com fins sociais e IPSS's. Eventualmente, os exemplos referidos de concelhos próximos são investimentos feitos por associações e fundações que dão estas respostas. No que diz respeito à Rede de Cuidados Continuados, é definido o número de camas de cuidados continuados a nível nacional, a cada região e concelho pelos Ministérios da Saúde e da Segurança e Solidariedade Social. Adiantou que tomou conhecimento que o atual governo pretende levar a efeito o reforço de verba para as respostas em cuidados continuados. Ainda assim, deu nota que a Câmara Municipal tem acompanhado as IPSS's, dando como exemplo a Santa Casa da Misericórdia para o aumento de resposta na estrutura residencial para idosos e ao apoio financeiro para imóvel do qual é proprietária. Sublinhou que o antigo Hospital de S. João é propriedade da Santa Casa da Misericórdia da Lousã que tem autonomia administrativa e



financeira e não da Câmara Municipal conforme foi dado a entender. Recordou que a Santa Casa da Misericórdia estabeleceu um acordo com uma entidade privada que, infelizmente, até ao momento não teve o resultado que seria desejado. Adiantou que este pedido de informação já foi colocado em anteriores sessões desta assembleia ao qual prestou este mesmo esclarecimento. A reparação do piso do antigo troço da estrada EN 17 que atravessa o lugar da Ponte Velha, conforme já foi dito em assembleias anteriores, está garantido pela Câmara Municipal da Lousã que as Infraestruturas de Portugal – IP farão a reparação do piso. Recordou que aquele troço também precisa de infraestruturização básica: renovação da rede de águas e criação da rede de saneamento que está no pacote de candidaturas que a Câmara Municipal submeteu através da Empresa Intermunicipal de Ambiente que fez a candidatura ao POSEUR. Assim, fará mais sentido, primeiro proceder à intervenção de infraestruturização básica e, posteriormente, pressionar as Infraestruturas de Portugal – IP para a reparação do piso. As duas candidaturas apresentadas pela APIN, entidade que irá gerir águas, saneamento e resíduos, serão para renovação de redes e aumento de eficiência, ou seja, das perdas verificadas nos concelhos e a perspetiva da Câmara Municipal é que no próximo mês de julho a candidatura seja aprovada e posteriormente de forma gradual concretizar todos esses investimentos. Foi ainda apresentada outra candidatura pela APIN com a finalidade de aumentar a eficiência na gestão dos sistemas. Existem planos de manutenção e renovação através da APIN para um aumento de eficiência/redução das perdas. Disse que a Câmara Municipal nunca escamoteou a realidade e como tal, a notícia que veio a público publicada pela DECO relativamente aos desperdícios de água não o surpreendeu, sendo este um dos motivos que levou o Município da Lousã a aderir à APIN, porque o acesso a fundos comunitários para fazer estes investimentos são possíveis apenas no universo intermunicipal. A Câmara Municipal e Junta de Freguesia procuram ir dando as respostas possíveis as necessidades apresentadas e fazem a manutenção necessária, entendendo, no entanto, que quem mora no local, acha sempre insuficiente o que é executado e pretende sempre mais, facto que compreende. Têm existido diligências relativamente ao Nó dos Pegos, no entanto, as Infraestruturas de Portugal – IP ainda não disponibilizaram a verba necessária para completar a execução desta obra. No que diz respeito aos meios de proteção e vigilância, este ano, existe mais uma equipa permanente e um segundo helicóptero estacionado no aeródromo da Lousã, bem como o reforço de uma brigada do GIPS no concelho. Sobre o problema existente na estrada nº 342-3, entre o cemitério de Serpins e a Candosa, informou que a Guarda Nacional Republicana irá notificar os proprietários que são os responsáveis pela situação e, em alguns pontos dessa via, a Câmara Municipal já fez algumas intervenções em árvores a pender para a via. Disse que o projeto pedagógico Oficina de Segurança continua a fazer o seu caminho em termos qualitativos e quantitativos com

intervenção de crianças e jovens do concelho e de outros. A entrega dos ecopontos domésticos foi um dos investimentos feitos pela Câmara Municipal na área dos resíduos e do ambiente de uma forma mais alargada e tem como objetivo melhorar a cobertura em termos de equipamentos e aumentar a participação e sensibilização por parte dos cidadãos na recolha seletiva. -----

Sobre o Encontro de Malabarismo, disse ser apenas um exemplo da grande quantidade de eventos na área cultural que comprova a dinâmica existente do que é a intervenção da Câmara Municipal, e ainda de outras entidades que com ela colaboram. Relativamente às declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra na presença do Senhor Ministro do Ambiente, em relação ao projeto "Sistema de Mobilidade do Mondego – Metro Bus", dizem respeito, especificamente, ao troço urbano e tem a ver com os prédios da baixa de Coimbra, muito embora interesse a todos a concretização do projeto na sua totalidade. Confirmou que é uma situação que se encontra pendente há algum tempo e que importa resolver para que o traçado urbano possa ser feito. Resumindo, disse que, neste momento, para o que está lançado a curto prazo, esta situação não influencia, porque é o troço de Serpins – Alto de S. João – Coimbra B, e só posteriormente, será lançado o ramal urbano mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Neste momento este assunto está sob a tutela do Senhor Ministério das Finanças e da Secretaria de Estado do Tesouro e uma Unidade de Missão designada – "Guardiã do Tempo" que diz respeito a dinheiros e bens do Estado. Acredita que nos próximos dias esta situação terá desenvolvimento positivo. Informou ainda que já foram abertas as propostas relativamente à empreitada: Alto de São João – Coimbra B e, brevemente será dada a indicação do nome e número de empresas que ficaram habilitadas a fazer a obra entre: "Serpins e Alto de São João". O projeto para Alto de São João – Coimbra B e caderno de encargos está finalizado e o concurso deve ser, entretanto, lançado. Irão continuar a lutar para que seja o mais rapidamente possível, afirmou. O projeto do ramal urbano, também já está definido e, neste momento, está a ser trabalhado com maior densidade, tendo, inclusivamente, sido aprovada a passagem pelo perímetro do Hospital Pediátrico de Coimbra, o que no seu entendimento, é uma mais-valia para o projeto no seu todo. -----

**PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc nº 1 (um)). -----

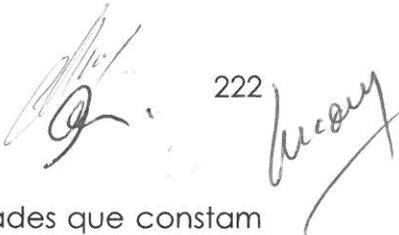
**Inscrições:** Aires Ventura, Marco Aurélio Sequeira, Isabel Seco, Joaquim Seco, Renato Ferreira, Margarida Correia, João Pereira e João Pedro Melo. -----



**Aires Ventura** usou da palavra para pedir esclarecimentos sobre a reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação em Lisboa, sobre o Metro Bus e Acessibilidade Rodoviárias, mas, depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara que abordou o assunto, pareceu-lhe dispensável. Levantou outra questão para a qual sensibilizou o Executivo a tomar uma decisão que tem a ver com a falta de sanitários junto à zona envolvente ao Castelo, porque depois das obras de requalificação foram retirados os que existiam atrás do referido Castelo. Concluiu a sua intervenção solicitando o ponto de situação da construção de um passadiço ao longo do Rio Arunce que ligasse a Vila ao Castelo e zona da Senhora da Piedade. -----

**Marco Aurélio Sequeira** realçou três pontos da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal: as comemorações dos quarenta e cinco anos após o 25 de abril que contaram com um programa bastante diversificado e com elevada qualidade. Felicitou a Câmara Municipal da Lousã e todas as entidades envolvidas nas homenagens àqueles que naquele período promoveram e promovem ainda hoje alguns a qualidade de vida e coesão do território. Fez uma referência às comemorações do "Dia Internacional da Criança", que decorreram no passado dia um de junho, na Nave de Exposições, onde houve uma parada de mascotes, atuação do batuta, mestre da fruta e do "avô cantigas" com grande afluência e animação por parte do público. Referiu o arraial do Agrupamento de Escolas que contou igualmente com grande afluência e entre outras atuações, estavam presentes alguns grupos de alunos pertencentes a alguns projetos, essencialmente, educação musical, pelo que proporcionaram um espetáculo muito bom. Sublinhou que este tipo de momentos extracurriculares também são muito importantes para estabelecer uma relação de proximidade, tanto entre as crianças, como entre os pais.-----

**Isabel Seco** destacou as obras de requalificação e acessibilização ao Castelo da Lousã, bem como a construção do miradouro e o posto de acolhimento para informação a turistas, além da iluminação exterior ao castelo porque, como pode ser comprovado pelas fotografias que foram postadas nas redes sociais fica deslumbrante à noite, com esta iluminação. Afirmou que este investimento constitui uma oferta turística acrescida ao concelho, razão pela qual o Grupo Municipal do PS nesta assembleia, congratula-se pela concretização desta grande obra que certamente trará ao concelho mais turistas, dando os parabéns ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente por esta obra concretizada. Disse que uma vez que este monumento tem sido amplamente divulgado junto dos meios de comunicação social, nomeadamente, nos diversos canais de televisão, tem tido grande afluência de visitantes, no entanto, o horário de abertura e funcionamento do castelo apenas tem sido possível aos fins-de-semana e feriados, perguntou por isso ao **Senhor Presidente da Câmara** se está prospetivada a alteração deste horário de funcionamento do castelo também para os dias de semana.-----



**Joaquim Seco** interveio para referenciar algumas das atividades que constam da informação escrita apresentada. Entretanto, disse ainda que vê da atuação do Executivo uma lógica de proximidade, responsabilidade, atitude presente e envolvimento com a comunidade. Registou uma frase proferida pelo **Senhor Presidente da Câmara** que pretendia reter, citando: "a Câmara não está distraída". Assim, relevou a cerimónia de assinatura do Contrato Programa celebrado com a Direção Geral das Autarquias Locais e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no âmbito do financiamento da obra de reconstrução do Salão Paroquial e a recuperação da Igreja de Serpins, bem como a reunião com a Associação de Defesa aos Idosos e Crianças de Vilarinho – ADIC, facto com o qual se congratulou, especialmente numa sessão em que tanto se falou em solidariedade e apoio social. Adiantou que a ADIC está a crescer e vai ter uma valência de lar com trinta e nove camas, por isso, acredita que a reunião com a Câmara Municipal teve como base a cooperação entre as duas entidades. Por último, e referindo as empreitadas, destacou com grande entusiasmo a reabilitação da Ponte do Boque, em Serpins. Expressou em nome pessoal a sua gratidão perante o resultado de congregar tantos esforços a todos os intervenientes neste processo. Disse ainda que conhece a ponte há muitos anos, tendo esta passado por várias vicissitudes e manutenções, mas, nunca duvidou que a obra seria executada, porque o **Senhor Presidente da Câmara** havia afirmado que a ponte seria executada. Por outro lado, também reconhecia que uma obra desta envergadura não poderia surgir "num clicar de dedos" porque há sempre um orçamento na retaguarda. Fez ainda um elogio às intervenções de António José Gonçalves que ao longo das várias sessões desta assembleia sempre falou sobre este assunto com muita emoção e interesse. Reiterou que o sucesso e a sua gratidão é para todos, desde as entidades intervenientes, população em termos de segurança e comodidade e para o Poder Local – o Município da Lousã. -----

**Renato Ferreira** tomou a palavra, depois de cumprimentar a todos, para enaltecer os vários eventos desportivos que têm decorrido no concelho. Pelo facto de serem muitos e todos de excelente qualidade, evidenciou apenas três: Lousã Ganfondo, evento de cicloturismo com cerca de setecentos atletas a pedalar pela Serra da Lousã, Campeonato Nacional de Enduro, em que a Lousã recebeu pela trigésima vez uma prova elegível para o Campeonato Nacional e o Regresso do Rally de Portugal à região da Serra da Lousã, prova esta de registo mundial. Apresentou felicitações às respetivas organizações destes eventos, bem como ao Município da Lousã pelo apoio que prestou, sendo um contributo fundamental para o sucesso dos mesmos. Evidenciou ainda três pontos associados a estes e outros eventos: realçando a divulgação da marca "Lousã", a promoção do concelho, colocando a Lousã no mapa dos melhores locais para a realização de eventos desportivos, as políticas ambientais desenvolvidas e implementadas nestes eventos, quer pelas entidades organizadoras, quer pelo próprio município, salientando no "Lousã

Ganfondo" o sorteio que premiava o atleta que no fim entregasse a maior quantidade de resíduos produzidos durante a prova. No Rally de Portugal, a colocação em diversos locais a recolha seletiva de resíduos, e realçou ainda o forte dispositivo humano que a autarquia colocou durante e após a realização do Rally e, posteriormente, a remoção e limpeza de todos os resíduos produzidos, referindo ainda o excelente comportamento do público na adesão e participação destas práticas ambientais. Por último sublinhou os aspetos relacionados com a segurança destes eventos exigentes de grande nível de segurança organizacional quer para atletas quer para o público em geral, destacando novamente o Rally de Portugal onde não houve registo de ocorrências significativas e que tem sido elogiado a vários níveis, quer pelo excelente comportamento do público, quer pelo dispositivo de segurança que esteve presente naquele evento. Enalteceu a presença de todas as forças de segurança, incluindo os Bombeiros Municipais que estiveram presentes neste e em todos os outros eventos, zelando pela segurança dos pilotos, atletas e público em geral. -----

**Margarida Correia** usou da palavra, depois de apresentar cumprimentos a todos, para sublinhar a importância e reconhecimento da descentralização que é uma mais-valia para o processo de evolução e crescimento na democracia cada vez mais participativa e o acolhimento prestado para realização desta assembleia. Fez ainda uma menção ao facto de ser uma assembleia com uma presença muito relevante de público, facto que lhe aprouve registar. Sobre a informação escrita do Senhor Presidente, sobre a atividade municipal referiu-se à captação de investimento e fixação de empresas no concelho, dando como exemplo a Autogarsilva e Movicarvalho, sendo que a segunda movida por um espírito de resistência e luta, após a grave tragédia que se abateu no Concelho da Lousã e vizinhos, conseguiu renascer e com força continuar a sua atividade. Deixou ainda uma palavra de apreço à autarquia pelo acompanhamento prestado. -----

**João Pereira** interveio dizendo congratular-se com a atual linguagem com que agora se aborda a situação dos transportes do "Sistema de Mobilidade do Metro Mondego". Registou com agrado o facto de todos os Grupos Municipais questionarem o ponto de situação do projeto e quando se implementa. Perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** quais as empresas que apresentaram propostas para a execução da empreitada do Metro Bus, uma vez que tem conhecimento que foram apresentadas cinco propostas, estranhando que a TDT que acompanhou o processo desde sempre não o ter feito. Por esse motivo, questionou qual o ponto de situação deste assunto. Deixou ainda uma nota de esclarecimento sobre a Ponte do Boque, dizendo que a Junta de Freguesia de Serpins não fez grande alarde sobre o processo, mas nunca deixou de questionar a Câmara Municipal sobre a situação. Sobre os eventos que decorrem pelo concelho, sublinhou o Encontro de Malabarismo que decorreu em Serpins com grande afluência de participantes e concluiu a sua intervenção endereçando um convite a toda a assembleia

para participarem na "VI Festa do Associativismo de Serpins" que decorrerá nos dias cinco, seis e sete de julho próximo.-----

**João Pedro Melo** tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e enaltecendo a realização da sessão da assembleia descentralizada na zona das Levegadas, facto que considera muito importante para conhecerem e darem a conhecer as funções que cada um dos órgãos exercem. Sobre a informação da atividade municipal, questionou a reunião com a CIM-RC, acerca da descentralização de competências e relativamente a este tema perguntou se existe consenso entre todos os municípios e autarcas e a reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação em Lisboa, sobre o Metro Bus e Acessibilidade Rodoviárias, uma vez que o **Senhor Presidente da Câmara** já prestou esclarecimentos sobre o Metro Bus, questionou-o relativamente ao IP3, no sentido de saber se há novidades que possa partilhar com a assembleia, de possíveis acessibilidades ou alternativas para a Lousã.---

Em resposta aos pedidos de esclarecimento, o **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra e disse: que no âmbito dos trabalhos que foram realizados no Castelo não foi possível incluir a instalação sanitária de uso público, no entanto, os anteriores sanitários estavam desativados há muitos anos. Contudo, embora não seja de acesso generalizado será possível recorrer aos sanitários, em horário de funcionamento, no edifício de apoio do centro interpretativo. Relativamente à intervenção no âmbito do programa Valorizar, os passadiços têm vista para a Ribeira de S. João, entre o Cabo do Soito e o Castelo, na via de acesso ao Castelo, às piscinas e às ermidas, adjacentes à estrada e com perspetiva visual para a encosta e o vale onde a ribeira corre, mas não junto ao Rio Arunce. Informou que o processo teve algumas vicissitudes, nomeadamente com as entidades intervenientes no licenciamento, mas hoje mesmo, houve uma reunião com a empresa que ganhou o concurso, no sentido de otimizar as situações processuais e logísticas para que os trabalhos possam ter início no próximo mês. Disse que acompanha as referências que foram enunciadas aos vários eventos e a valorização dos mesmos, referindo ainda o arraial do Agrupamento de Escolas, nas dimensões e importância referidas. Deu nota da importância e do número de visitas ao Castelo, e disse que até agora tem funcionado aos fins-de-semana, feriados, e aos dias de semana, com marcação prévia. Deu nota que até agora o Castelo teve sete mil quatrocentos e sete visitantes e nos próximos meses de julho, agosto e setembro, o horário será alargado para todos os dias das dez horas às dezoito horas, exceto às segundas-feiras. Ainda estão a ser identificados alguns aspetos de melhoria para um melhor funcionamento, como por exemplo, a já reportada falta de sanitários. Sobre o protocolo com a DGAL, fruto de diligências efetuadas, disse ter sido possível mobilizar meios do orçamento de Estado para recuperar a Igreja e Salão Paroquial de Serpins. A Câmara Municipal teve uma reunião há cerca de quinze dias com a direção da ADIC, no sentido de fazer o ponto de situação ao andamento da obra e a direção teve oportunidade de transmitir algumas

das necessidades, relativamente à entrada em funcionamento do equipamento social importante, de trinta e nove camas para pessoas idosas. Sobre a Ponte do Boque informou que recebeu hoje mesmo os elementos finais já validados para o caderno de encargos para lançar o procedimento de contratação pública que irá ser feito com a maior brevidade possível. Relativamente a este objetivo, fez questão de frisar bem que o município em tempo algum referiu que não havia necessidade de fazer uma ponte nova, senão não teria procurado equacionar uma solução. Afirmou desde sempre que de acordo com os relatórios existentes, a ponte estava com condições e autorização de circulação para a tonelagem indicada. Outra questão será construir uma ponte que permita oferecer outro serviço e a passagem de veículos com outro peso, na travessia do Rio Ceira, naquela zona. Sublinhou e reiterou que, se assim não fosse, o Executivo não teria envidado esforços e feito diligências para a concretização desta empreitada. Enalteceu o comportamento do público, quer no cumprimento das regras de segurança, quer no que diz respeito aos resíduos, durante a realização do Rally de Portugal. Referiu ainda a qualidade organizacional e segurança deste evento, bem como a intervenção dos Bombeiros Municipais que deram provas da sua capacidade de atuação. Referiu positivamente o processo de sucesso de recuperação da empresa Movicarvalho. Disse que ainda não tem o nome das empresas habilitadas ao concurso de empreitada: "Alto de S. João – Serpins" para a implementação do projeto do "Metro Bus" e que foram validadas pelo ITCONS a apresentar a versão final do caderno de encargos. Agradeceu ao Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Serpins o convite endereçado para a VI Festa do Associativismo de Serpins. Relativamente ao consenso sobre a descentralização entre todos os municípios informou que, no que diz respeito à autorização por parte dos municípios para que a CIM-RC possa aceitar competências vindas do Estado Central, há concordância de dezoito Assembleias Municipais, estando, neste momento a faltar a Assembleia Municipal de Coimbra, significando isto de acordo com a lei que basta uma recusar para a CIM-RC não poder aceitar. Adiantou que a perspetiva que há é que alguns membros da Assembleia Municipal de Coimbra que votaram contra, atendendo à informação que entretanto lhes foi prestada, possam alterar a sua posição nesta votação que decorrerá amanhã e, dessa forma, viabilizar o processo. No que diz respeito às outras competências previstas do Estado Central para as Câmaras Municipais, informou que o exercício é diferente. Depende da avaliação de cada município, sendo certo que aquelas onde há maior uniformidade de deliberação são nas áreas que dizem respeito à saúde e educação, atendendo aos dados disponíveis. Todos os municípios vão propor a deliberação de recusa da transferência de competências no imediato. Da reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente para além das informações antes prestadas, esclareceu que a empresa da região constituída está bem posicionada e prevê-se que possa ser operacionalizada rapidamente. A reunião com as Infraestruturas de Portugal

foi conjuntamente com os Presidentes de Câmara da Lousã e Vila Nova de Poiares, e teve a ver com as perspectivas de alternativa à Estrada da Beira e ligação ao IP3, quer no que diz respeito ao Concelho da Lousã, quer ao Concelho de Vila Nova de Poiares e também a negociação de um protocolo com vista a concretizar melhorias de acessibilidade rodoviária. Sublinhou que na sua intervenção aquando da Gala Lausus, no Feriado Municipal, não se referiu à requalificação do IP 3, como foi publicado por gralha por um órgão de comunicação social regional. O que disse foi que iria continuar a lutar por uma alternativa à Estrada da Beira - (EN 17) e uma melhor ligação ao IP3, facto que é totalmente diferente. Não tendo nada contra a requalificação do IP3, nomeadamente no que concerne à diminuição do perigo de sinistralidade, o que continua a entender é que a requalificação é curta e não serve em pleno o desenvolvimento mais integrado de toda a região.-----

**PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

2 - Apreciação e votação a Autorizar o Município da Lousã para geminação com o Município de Espírito Santo do Pinhal do Estado de São Paulo - Brasil, sob proposta do Executivo; (doc nº 2 (dois)).-----

**Inscrições:** António José Gonçalves, Pedro Santos e João Pedro Melo.-----

**António José Gonçalves** usou da palavra para dizer que o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente esta proposta, contudo, disse não ter deixado de estranhar a introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos, porque lhe pareceu desnecessário este assunto vir à Assembleia Municipal.-----

**Pedro Santos** interveio dizendo que o Município de Espírito Santo do Pinhal do Estado de São Paulo foi o local escolhido para se radicar o Lousanense João Elisário de Carvalho Montenegro, mais conhecido por Comendador Montenegro que se dedicou a várias atividades, desde o comércio à agricultura onde deixou um legado de extrema importância. Cidadão de reconhecidas capacidades altruístas nas áreas de beneficência e saúde. O Município de Espírito Santo do Pinhal manifestou interesse em estabelecer intercâmbios em várias áreas desde a educação, desporto aventura, aproveitamento de espaços naturais florestais e em termos de produtos endógenos reconhecendo desta forma as boas práticas e o *know-how* do Concelho da Lousã, por todas estas razões o Grupo Municipal do PS irá votar favoravelmente esta proposta.-----

**João Pedro Melo** – prescindiu da palavra.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** interveio apenas para dizer que nada tem a acrescentar à informação já prestada na sessão de abril da Assembleia Municipal.-----

Colocada à votação a autorizar o Município da Lousã para geminação com o Município de Espírito Santo do Pinhal do Estado de São Paulo - Brasil, sob

proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) elementos.

-----  
**PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

3 - Apreciação e votação da ratificação da geminação de Município da Lousã com o Município de Santos do Estado de São Paulo - Brasil, sob proposta do Executivo; (doc nº 3 (três)).-----

-----  
**Inscrições:** Aires Ventura e Pedro Santos.-----

-----  
**Aires Ventura** interveio para questionar o **Senhor Presidente da Câmara**, relativamente à proposta apresentada sobre a aprovação da geminação com a Cidade de Santos, que foi aprovada na reunião do Executivo Municipal realizada no dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e dezanove. Tendo em conta que houve uma sessão da assembleia no dia vinte e três abril, perguntou por que razão esta proposta não foi dada a conhecer naquela sessão. Relativamente ao texto do protocolo, alertou para o facto da Lousã ainda não ser cidade e citou: "...entre o Município de Santos, Brasil, e a Cidade de Lousã, em Portugal...", ou seja deveria estar, citando: "... Vila da Lousã, em Portugal...", pelo que deixou o alerta para correção do texto. -----

**Pedro Santos** interveio para dar nota que a geminação da Lousã com a Cidade de Santos surge de um processo longo e resulta da relação existente entre os Lousanenses a viverem em Santos e a representatividade que estes têm nessa comunidade. O acordo tem como objetivos estabelecer uma relação de laços mais próximos entre o Município de Santos e o Município da Lousã, estabelecendo medidas e ações de colaboração mútua, de intercâmbio e partilha de experiências em diversas áreas, com especial foco na questão cultural e empresarial, onde se pretendem fomentar as relações comerciais. Por estes motivos o Grupo Municipal do PS irá votar favoravelmente esta proposta. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que foi por lapso que a proposta não veio à sessão de abril da Assembleia Municipal e efetivamente, apesar do protocolo ter sofrido algumas correções, a palavra "Cidade" da Lousã, não foi corrigida, contudo, sublinhou que a Comitiva da Lousã se afirmou como Vila quando estiveram em Santos. Aproveitou a oportunidade para dar conhecimento à assembleia que no próximo mês de julho, estarão de visita à Lousã, dois Vereadores do Município de Santos e no mês de outubro, realizar-se-á na Lousã, a cerimónia formal da concretização da geminação com a presença do Prefeito de Santos e de outros elementos da Prefeitura, não tendo mais informações sobre a composição total da Comitiva.-----

-----  
Colocada à votação a ratificação da geminação de Município da Lousã com o Município de Santos do Estado de São Paulo - Brasil, sob proposta do

Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) elementos.-----

**PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

4 - Autorizar a participação do Município da Lousã na Associação ITECONS - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Ambiente e Sustentabilidade", sob proposta do Executivo; (doc nº 4 (quatro)).-  
-----

**Inscrições:** Ana Paula Sançana e João Pedro Melo.-----

**Ana Paula Sançana** usou da palavra começando por anunciar que o Grupo Municipal do PSD vai votar favoravelmente esta proposta de participação do município que considera o seu mérito e valor, no entanto, questionou sobre qual o valor da quota do município, uma vez que a proposta remete para um anexo que não existe.-----

**João Pedro Melo** interveio dizendo que o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a proposta porque entende que este Instituto é uma mais-valia para a Câmara Municipal tendo em conta os seus objetivos porque são a promoção da investigação dedicada em termos de interesses comuns, na Universidade, à indústria e à sociedade. Concluiu dizendo que para governar uma Câmara Municipal exige cada vez mais conhecimentos diferenciados, e nem sempre são possíveis ter dentro do próprio quadro de recursos humanos. -

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que a quota anual é de sete mil e quinhentos euros, permitindo um valor diferente dos serviços prestados pelo Instituto e será certamente uma mais-valia para o município.-----

Colocada à votação autorizar a participação do Município da Lousã na Associação ITECONS - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Ambiente e Sustentabilidade", sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos. ----

**PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

5 - Apreciação e votação relativa a Proposta de Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 71/2019 - Fornecimento de eletricidade, pelo período de 12 meses, sob proposta do Executivo; (doc nº 5 (cinco)).-----

**Inscrições:** António José Gonçalves e Renato Ferreira -----

**António José Gonçalves** interveio solicitando mais esclarecimentos sobre os assuntos que não estão identificados em matéria de iluminação, nomeadamente, o terceiro lote com uma base de EUR: 642.520.54 (seiscentos e quarenta e dois mil quinhentos e vinte euros e cinquenta e quatro cêntimos),



acrescido de IVA à taxa legal em vigor e o quarto lote com uma base de EUR: 511.000,24 (quinhentos e onze mil euros e vinte e quatro cêntimos). Perguntou ainda quem são os elementos que constituem o júri a quem caberá proceder à realização de todas as operações inerentes ao procedimento.-----

**Renato Ferreira** usou da palavra dizendo que este procedimento decorre de uma obrigatoriedade legal pelo que o Grupo Municipal do PS irá votar favoravelmente.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que a questão colocada é pertinente e se a informação não é clara, deverá ser esclarecida. As empresas referidas estão pré-habilitadas, e esta consulta é feita através de um acordo quadro da CIM-RC para os dezanove municípios. Em relação aos lotes referenciados, esclareceu que um, diz respeito à verba gasta no fornecimento de energia elétrica para espaços e equipamentos municipais e o outro diz respeito ao lote de iluminação pública. Os nomes que constituem o Júri são trabalhadoras do mapa de pessoal da Câmara Municipal, respetivamente: a jurista, engenheira, técnica responsável pelo acompanhamento dos assuntos de energia e a responsável da Secção de Compras e Aprovisionamento da Divisão Administrativa e Financeira.-----

Colocada à votação a Proposta de Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 71/2019 - Fornecimento de eletricidade, pelo período de 12 meses, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.-----

**PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

6 - Apreciação e votação relativa a Proposta de Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 78/2019 - Contratação de serviço para o fornecimento diário de refeições a escolas do 1º ciclo (Sta. Rita e Casal de Sto. António) e jardins-de-infância (Lousã, Sta. Rita, Serpins, Freixo e Fontainhas), durante o ano letivo 2019/2020, sob proposta do Executivo; (doc nº 6 (seis)).-----

**Inscrições:** Não houve.-----

Colocada à votação a proposta de Autorização prévia para aquisição de serviços e assunção de compromisso plurianual - Consulta Prévia nº 78/2019 - Contratação de serviço para o fornecimento diário de refeições a escolas do 1º ciclo (Sta. Rita e Casal de Sto. António) e jardins-de-infância (Lousã, Sta. Rita, Serpins, Freixo e Fontainhas), durante o ano letivo 2019/2020, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.-----

**PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----



7 - Apreciação e votação relativa à Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos seguintes projetos: Requalificação do Cineteatro da Lousã; Requalificação da Av. S. Silvestre e Rua Prof. António Batista de Almeida; Requalificação da Rua do Comércio, Rua General Humberto Delgado/Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça/ Rua dos Combatentes da Grande Guerra e Requalificação da Praça Cândido dos Reis, sob proposta do Executivo; (doc nº 7 (sete)).-----

**Inscrições:** Aires Ventura e Renato Ferreira. -----

**Aires Ventura** questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual o tipo de requalificação prevista para a Praça Cândido dos Reis.-----

**Renato Ferreira** interveio dizendo que o Grupo Municipal do PS irá votar favoravelmente esta proposta, registando ainda o forte investimento que a autarquia está a efetuar no que respeita à requalificação de ruas, espaços e edifícios deste concelho como forma de o modernizar e valorizar. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que o projeto de requalificação da Praça Cândido dos Reis está na Câmara Municipal, poderá promover a sua consulta. Adiantou que é um concurso que ficou deserto, porque as empresas posicionaram-se acima do preço base, obrigando a um novo procedimento e, assim sendo, a Câmara Municipal está a reavaliar a situação em termos de tipologia de intervenção a realizar e adaptar financeiramente, pelo que, em devido tempo haverá a oportunidade de dar a conhecer à comunidade e aos membros da assembleia a nova versão do projeto. Relativamente às restantes: Requalificação da Av. S. Silvestre e Rua Prof. António Batista de Almeida, está na fase final de apreciação das propostas. Rua do Comércio, Rua General Humberto Delgado e Largo Alexandre Herculano, Rua da Graça e Rua dos Combatentes da Grande Guerra, espera-se a decisão desta assembleia para submissão ao Tribunal de Contas para obtenção do competente visto e, a partir daí, iniciar a obra uma vez que já está feita a seleção da empresa classificada. Informou ainda que será feita uma intervenção por fases, a fim de minorar ao máximo os impactos negativos e transtornos que causam este tipo de obras. Há ainda uma outra empreitada que já está identificada, que é a requalificação da Rua Henrique Figueiredo e Praça Luís de Camões. Aproveitou o momento para informar a Assembleia Municipal que o processo de requalificação do cineteatro tem sido bastante mais moroso que o desejado, sofrendo várias vicissitudes no âmbito da contratação pública e do visto do Tribunal de Contas. Concluiu dizendo que são investimentos bastante significativos que vão valorizar a Vila da Lousã.-----

Colocada à votação a proposta Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos seguintes projetos: Requalificação do Cineteatro da Lousã; Requalificação da Av. S. Silvestre e Rua Prof. António Batista de Almeida; Requalificação da Rua do Comércio, Rua General Humberto

Delgado/Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça/ Rua dos Combatentes da Grande Guerra e Requalificação da Praça Cândido dos Reis, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos. ----

**PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

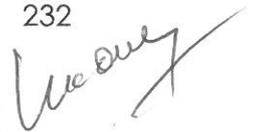
8 - Apreciação e votação de um contrato de comodato a celebrar com a Emequatro, Educação e Serviços, Lda., relativo à cedência da antiga Escola do Mercado, sob proposta do Executivo; (doc nº 8 (oito)).-----

**Inscrições:** Isabel Seco e João Duarte. -----

**Isabel Seco** usou da palavra afirmando que o Grupo Municipal do PS reconhece as razões enunciadas pelo Executivo para a cedência da Escola Básica do Mercado para a Emequatro – Educação e Serviços Lda., tendo como objetivo a instalação da Escola Profissional naquelas instalações e portanto votará favoravelmente esta proposta. No entanto, esta decisão contraria outras informações prestadas pelo **Senhor Presidente da Câmara** a esta assembleia dando a perspetiva ou possibilidade que tal imóvel teria como fim a instalação de uma Loja do Cidadão e como tal, solicitou esclarecimentos das razões que levaram à alteração do que estava inicialmente perspetivado e porque houve esta mudança de planos. -----

**João Duarte** interveio dizendo que uma instituição de ensino naquele local faz todo o sentido, a prova é que já lá existiu uma e quando fechou, provocou grande insatisfação com uma quebra no comércio e vitalidade no espaço envolvente. Recordou que, em assembleias anteriores o PSD denunciou esse descontentamento, no entanto, a situação ficou ultrapassada. Concorda que é um espaço que pode muito bem acolher um projeto com esta dimensão e afigura-se viável para o local. Solicitou, no entanto, alguns esclarecimentos ao nível dos critérios para esta decisão, nomeadamente: qual foi o critério que levou a Câmara Municipal a estabelecer um contrato de nove anos, renovável por igual período, qual foi o critério para cedência a uma só entidade, correndo o risco de outras entidades também terem interesse e por último, porquê um contrato de comodato e não arrendamento que seria uma opção mais vantajosa para a autarquia. Concluiu dizendo que, embora com algumas reservas, o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente, porque *"não é uma atividade que decorre 100% do Executivo e tem que passar pelo escrutínio desta assembleia"*. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** em resposta disse que a Câmara Municipal tinha identificado a antiga Escola Primária do Mercado com características para a instalação da Loja do Cidadão. No entanto, todo o processo desenvolvido para verificar essa possibilidade constatou que o orçamento mais baixo encontrado rondava acima dos seiscentos mil euros quando o financiamento máximo dos fundos comunitários se situava em trezentos e



cinquenta mil euros. Foi, desde logo uma primeira dificuldade. Atendendo ao facto da Câmara Municipal ter que aplicar capitais próprios em algumas obras de regeneração e requalificação urbana não havia capacidade de autofinanciamento para avançar com o projeto. Por outro lado, houve algumas vicissitudes com as diversas entidades que integram os serviços da Loja do Cidadão, que envolve vários Ministérios, razão pela qual, até ao momento, não é possível anunciar à assembleia o espaço alternativo para o projeto com um orçamento final de valor previsto. Em relação à empresa Emequatro Lda, detentora da Escola Profissional da Lousã, recordou que fruto das dificuldades daquele estabelecimento de ensino, no ano de dois mil e quinze foi deliberado pela assembleia a entrada de novos sócios onde a Câmara Municipal detém uma participação de trinta por cento. Foi tida em conta a importância da manutenção da Escola no concelho, nomeadamente pelo que significa para o mesmo e para a região envolvente, considerando que no ano de dois mil e quinze a escola tinha catorze alunos e agora tem cento e quarenta. Esteve também subjacente a esta cedência, o facto de se tratar de uma Instituição de utilidade pública e de o ensino profissional fazer parte da oferta oficial de ensino público, acrescendo o facto de a DGEstE estar a levantar questões e a pressionar relativamente à falta de condições daquele espaço onde funcionava a escola profissional e da necessidade de encontrar uma outra solução. Disse ainda que a Emequatro Lda, procurou encontrar outro espaço com condições físicas qualitativa e quantitativamente para sediar a escola e daí contactarem a Câmara Municipal no sentido de auscultar dessa viabilidade e desta poder colaborar respondendo à necessidade premente em que se encontra aquele estabelecimento de ensino e perspetivando a evolução futura. Uma vez que as instalações da antiga Escola do Mercado, devido às exigências financeiras, não poderiam concretizar o projeto da Loja do Cidadão, conforme disse anteriormente, assim sendo, e após várias negociações com a Emequatro Lda, a Câmara Municipal encontrou um modelo de cedência que defende o interesse público. O contrato de comodato mantém a titularidade do imóvel como património da autarquia. É uma cedência de utilização, a título gratuito para exercício exclusivo de atividade integrada na exploração da Escola Profissional da Lousã e por forma a potenciar a sua oferta formativa. O contrato tem a duração de nove anos, renovável por iguais períodos, tendo por referência um ciclo formativo completo dos Cursos Profissionais da Escola Profissional da Lousã, dando estabilidade e perspetiva em termos de projeto pedagógico e necessidade de investimento. Confirmou que se trata de uma entidade privada, mas com fins públicos, cuja rede depende do Ministério da Educação. Concluiu dizendo que todas as obras de adaptação e infraestruturização daquele equipamento decorrem sob responsabilidade da Emequatro Lda.-----

-----

Colocada à votação a proposta de um contrato de comodato a celebrar com a Emequatro, Educação e Serviços, Lda., relativo à cedência da antiga Escola do Mercado, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.-----

**PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

9 - Apreciação e votação da proposta de acordo de aceitação da transferência das competências para a Entidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nomeadamente, na área da saúde a participação na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal, na área da educação, o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal e no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo; (doc nº 9 (nove)).-----

**Inscrições:** Aires Ventura, Joel Fernandes e Ana Paula Sançana.-----

**Aires Ventura** pediu mais esclarecimentos sobre o teor desta proposta e seguintes que se referem ao acordo de aceitação da transferência das competências para a Entidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na área da saúde, educação e serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e as propostas seguintes onde a Câmara Municipal propõe a não-aceitação da transferência das competências no domínio da educação e do transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores.-----

**Joel Fernandes** disse que o Grupo Municipal do PS por princípio é favorável à aceitação da transferência das competências para a Entidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Na descentralização de poderes e decisões sabendo que há dois níveis de transferência de competências, um para a Comunidade Intermunicipal e outro nível para as autarquias, sendo que, neste caso particular, a transferência do Estado para a Comunidade Intermunicipal de competências são da sua área de intervenção e por isso faz todo o sentido esta transferência.-----

**Ana Paula Sançana** usou da palavra para justificar o sentido da abstenção do Grupo Municipal do PSD, porque à semelhança do que aconteceu nos anteriores processos, o PSD não discorda da descentralização, apenas discorda da forma como o processo foi conduzido.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** clarificou que a proposta em análise refere-se a competências que vêm do Estado Central para a Comunidade Intermunicipal, as outras, são do Estado Central para as Câmaras Municipais. São propostas distintas. Aproveitou o momento para sublinhar o assunto da transferência de competências na área de cuidados de saúde primários a

transferir do Estado Central para a Comunidade Intermunicipal, apenas na possibilidade de participação de redes, o que comprova da questão antes suscitada reafirmando da veracidade das suas declarações anteriores em matéria de cuidados continuados de saúde que até agora tem sido uma competência do Estado Central, mais especificamente do Ministério da Saúde. -----

**Aires Ventura**, após os esclarecimentos prestados pelo **Senhor Presidente da Câmara**, disse que no entendimento do BE, o processo de transferência de competências quer sejam para a Comunidade Intermunicipal quer para as autarquias locais, não está a ser feito de forma correta, porque não é acompanhado com o respetivo suporte financeiro que justifique a transferência de competências, como também a forma e o processo como foi desencadeado não é o mais correto, motivo pelo qual votará contra.-----

Colocada à votação a proposta de acordo de aceitação da transferência das competências para a Entidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nomeadamente, na área da saúde a participação na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal, na área da educação, o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal e no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 18 (dezoito) votos a favor do PS, 5 (cinco) abstenções do PSD e 1 (um) voto contra do BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos. -----

#### **PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

10 - Apreciação e votação da proposta de Intenção de não-aceitação no ano 2019 das transferências em matéria de educação, previstas no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo; (doc nº 10 (dez)).-----

**Inscrições:** Joel Fernandes. -----

**Joel Fernandes** usou da palavra dizendo que o Grupo Municipal do PS concorda em tese com o princípio da descentralização, no entanto, e dentro das competências da Assembleia Municipal sabendo-se que esta transferência de competência terá o princípio da universalidade e que as Câmaras Municipais até ao ano de dois mil e vinte, poderão não aceitar, face à justificação do Executivo Municipal que tem a ver com o mapa do fundo de descentralização que não foi considerado pelo Executivo que era suficiente para o teor deste projeto motivo pelo qual o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a não-aceitação no ano dois mil e dezanove das transferências em matéria de educação. -----

Colocada à votação a proposta de Intenção de não-aceitação no ano 2019 das transferências em matéria de educação, previstas no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.-----

**PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

11 - Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo; (doc nº 11 (onze)).-----

**Inscrições:** Margarida Correia.-----

**Margarida Correia** questionou o Senhor Presidente sobre a necessidade de ser feita a 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu dizendo que houve necessidade de inclusão de dois projetos que não estavam previstos e vem na expectativa de tentar aproveitar financiamento comunitário, sem garantia ainda, um no âmbito da mobilidade urbana sustentável e outro referente ao Parque Urbano.-----

Colocada à votação a 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 18 (dezoito) votos a favor do PS e 6 (seis) abstenções do PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.-----

**PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

12 – Apreciação e votação da intenção de não-aceitação no ano de dois mil e dezanove das transferências no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo; (doc 12 doze)).-----

**Inscrições:** Não houve.-----

Colocada à votação a proposta de intenção de não-aceitação no ano de dois mil e dezanove das transferências no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.-----

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e cinquenta minutos. -----

O Presidente da Mesa,  
Carlos Alberto Seco Lopes

O 1º Secretário,  
Maurício Madry

A 2ª Secretária,  
Márcia Aparecida Madry